## PROJETO DE LEI Nº 4.426, DE 2023

julho de 2003, a outubro de 2006, julho de 2016, a julho de 2016, a dezembro de 199 de setembro de 20 Enfrentamento à e dispõe sobre a efetivos vagos do

## Emenda Modificativa nº , de 2023 (Do Senhor Alberto Fraga e outros)

Inclua-se, onde couber, no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.426, de 12 de setembro de 2023, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. A Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, passa a vigorar acrescida do artigo 1º-B, com a seguinte redação:

"Art. 1°-B. Sem prejuízo dos direitos, das vantagens e dos benefícios previstos em lei, o Governo do Distrito Federal poderá conceder aos militares do Distrito Federal, ativos, inativos e pensionistas, indenização para a compensação dos desgastes orgânicos e danos psicossomáticos acumulados e decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, prevenção de combate a incêndio e salvamento, atendimento pré-hospitalar ou segurança pública, com dotação orçamentária própria, sem impacto financeiro ao fundo de que trata a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002."

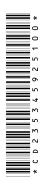
## **JUSTIFICATIVA**

No caso, é importante registrar que pertence à União a competência material de organizar e manter a Polícia Civil, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do art. 21, XIV, da Constituição Federal.

Nesse contexto, nossa Carta Magna estabelece que as forças de segurança pública são subordinadas ao Governador do Distrito Federal (art. 144, § 6°, CF/88), e que Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar (art. 32, § 4°, CF/88).

A Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, regulamentou o art. 21, XIV, da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional nº 19,





de 4 de junho de 1998, instituindo o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, de natureza contábil, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como à assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação.

A inclusão de indenização como forma de compensação pelo desgaste sofrido pelos bombeiros militares e policiais militares, que desempenham as suas atividades profissionais nas ruas do Distrito Federal e entorno da Capital do País, na proteção da sociedade, momento em que se deparam com todos os tipos de adversidades sociais, no combate a criminalidade e a incêndios, salvamentos diversos, atendimento pré-hospitalar, etc. De se relevar que esses militares estão em contato com todos os tipos de ambientes, insalubres ou não, na salvaguarda de pessoas e bens, até com o sacrifício da própria vida.

São essas as razões pelas quais acredita-se que a emenda mereça ser acolhida.

Sala das sessões, 4 de outubro de 2023.

ALBERTO FRAGA

Deputado Federal





## Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Alberto Fraga)

Altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, a Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social e dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD235345925100, nesta ordem:

- 1 Dep. Alberto Fraga (PL/DF) VICE-LÍDER do PL
- 2 Dep. Padovani (UNIÃO/PR)
- 3 Dep. Gerlen Diniz (PP/AC)
- 4 Dep. Lázaro Botelho (PP/TO)
- 5 Dep. Dilceu Sperafico (PP/PR)
- 6 Dep. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) LÍDER
- 7 Dep. Osmar Terra (MDB/RS)
- 8 Dep. Fred Linhares (REPUBLIC/DF) VICE-LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

